

## ADVOGADO E ÁRBITRO ESPECIALISTA EM ENERGIA EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

### DIFERENCIAIS

21 anos de experiência em Direito da Energia (regulatório, tributário, contratos e resolução de conflitos).

### RECONHECIMENTOS

**CHAMBERS & PARTNERS GLOBAL** – 2019, 2020, 2021, 2022

*"André Fabian Edelstein is particularly noted for his expertise in regulatory and tax aspects of complex energy projects, as well as in disputes before ANEEL. One client attests: 'He has extensive experience in the power sector, seeks creative solutions to problems and has availability to support the client in emergency situations.' Another client says: 'André shows in-depth technical and regulatory knowledge, in addition to having commercial awareness'." (2022)*

**CHAMBERS & PARTNERS LATIN AMERICA** – 2018, 2019, 2020, 2021

**CHAMBERS & PARTNERS BRAZIL** – 2021, 2022

**LEGAL 500 LATIN AMERICA** – 2022

*"It stands out for the proximity of the partners to the clients, their technical knowledge, and their focus on the result. André Edelstein is recommended"*

**BEST LAWYERS** – 2020, 2021, 2022

**LEADERS LEAGUE** – 2021, 2022

**ANÁLISE ADVOCACIA** – 2016, 2020, 2021, 2022

### LISTAS DE ÁRBITROS

- Câmara FGV de Mediação e Arbitragem
- Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - CAMARB
- Conselho Arbitral do Estado de São Paulo - CAESP
- Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada - CAMES

### EDELSTEIN ADVOGADOS

*Referência na área de energia pela Chambers & Partners (Global e Brazil), Legal 500 Latin America, Leaders League, Best Lawyers e Análise Advocacia*

Sócio Fundador | desde mar/2019

- Consultoria e assessoria jurídica em assuntos regulatórios, contratuais e tributários a agentes nacionais e estrangeiros atuantes no setor de energia e gás natural, bem como a grandes consumidores
- Atuação em disputas judiciais, arbitragens e mediações de alta complexidade e expressivo impacto envolvendo contratos e outros temas relacionados ao setor de energia
- Assessoramento em leilões, *due diligences*, audiências e consultas públicas, pedidos de autorização, transferência de titularidade e de características técnicas, postergação de cronogramas, processos punitivos e outros junto à ANEEL, CCEE, ONS, EPE e demais instituições setoriais
- Elaboração e revisão de contratos privados e regulados relativos a negócios do setor elétrico (PPAs, CUST/CUSD, CCT/CCD, O&M e outros)
- Assessoramento regulatório e tributário em cases pioneiros de migração de consumidores ao mercado livre de energia e na estruturação de projetos de geração centralizada e distribuída destinados ao autoconsumo e/ou comercialização regulada e livre a partir de fontes hídrica, térmica, eólica e solar

### ADVOCACIA WALTENBERG

Sócio | jul/2001 - mar/2019

- Consultoria e assessoria jurídica em temas regulatórios, tributários e contratuais relativos ao setor de energia, desenvolvendo atividades assemelhadas às descritas acima
- Atuação em processos judiciais e arbitragens de alta complexidade e expressivos valores administradas pela CCI, FGV e CIESP/FIESP

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

Diretor Jurídico (2015-2018) e Conselheiro Jurídico Consultivo (2018-2020)

- Orientação jurídica em ações voltadas ao fortalecimento do setor fotovoltaico
- Participação em reuniões com autoridades setoriais e fiscais
- Realização de seminários e mesas de debates especializados
- Elaboração de textos normativos e pleitos institucionais

### TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juiz I | jan/2006 - dez/2007

## EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

### PORTO E SUNDFELD ADVOGADOS

Estagiário (1996-1998) e Advogado (1998-2001)

- Assessoramento em processos competitivos, concessões e contratos celebrados com o Poder Público, incluindo a análise de editais, a elaboração de impugnações e recursos e a atuação judicial
- Responsável pela área tributária, envolvendo consultivo e contencioso administrativo e judicial

### ARVATE E RAMALHO ADVOGADOS

Estagiário de Direito Civil | abr/1995 - jun/1996

## DESTAQUES

MEMBRO EFETIVO | Comissão Especial de Direito da Energia da OAB/SP

MEMBRO EFETIVO | Instituto Brasileiro de Direito da Energia (IBDE)

MEMBRO EFETIVO | Comitê de Energia da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB)

MEMBRO EFETIVO | Comissão Especial de Arbitragem da OAB/SP

MEMBRO EFETIVO | Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr)

MEMBRO EFETIVO | Associação Brasileira do Direito de Energia e Meio Ambiente (ABDEM)

## PALESTRANTE

- Eventos nacionais sobre assuntos regulatórios e tributários de energia promovidos por Intersolar South America, Enersolar, Grupo Informa, Blue Ocean, Viex Amerixas, CanalEnergia, Interviews Management, IBDE, ABSOLAR, ABCE, ABRACE, IDP e outras instituições
- Eventos internacionais sobre assuntos do setor de energia elétrica no Brasil, promovidos pelo Foro Brasil España, Jornada Brasil España, Energyear e Exposolar Colombia

## IDIOMAS

Inglês: avançado



Espanhol: língua nativa



## CONTATOS

 LinkedIn

 11 99409-5551

 andre@edelsteinadvogados.com.br

## PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS EM ARBITRAGENS

(COMO ÁRBITRO E ADVOGADO)

Litígio entre geradora e comercializadora de energia elétrica envolvendo a cobrança de penalidade pelo inadimplemento no fornecimento pactuado em Contrato de Compra e Venda de Energia em razão de atraso na implantação de empreendimento de geração

- Câmara: FGV
- Valor histórico envolvido: R\$ 3,6 milhões (2009)

Litígio entre geradora e distribuidora de energia elétrica envolvendo pleito de redução do preço estabelecido em Contrato de Compra e Venda de Energia com vistas a refletir impactos decorrentes da diminuição dos custos de geração

- Câmara: CCI
- Valor histórico envolvido: R\$ 197 milhões (2009)

Litígio entre geradora e consumidor livre de energia elétrica envolvendo pleito de redução do preço estabelecido em Contrato de Compra e Venda de Energia com vistas a suprimir o valor equivalente ao encargo de capacidade emergencial

- Câmara: CIESP/FIESP
- Valor histórico envolvido: R\$ 28,5 milhões (2010)

Litígio entre comercializadora e consumidor livre de energia elétrica envolvendo pleito de redução do preço estabelecido em Contrato de Compra e Venda de Energia com vistas a suprimir o valor correspondente ao desconto sobre o uso dos sistemas de transmissão e distribuição

- Câmara: FGV
- Valor histórico envolvido: R\$ 8,9 milhões (2011)

Litígio entre geradora e consumidor livre de energia elétrica envolvendo pleito de suspensão da obrigação de aquisição de volume mínimo mensal estabelecido em Contrato de Compra e Venda de Energia diante das restrições ao consumo decorrentes da COVID-19

- Câmara: FGV
- Valor histórico envolvido: R\$ 600 mil (2020)

Litígio entre geradora e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE questionando a validade da imposição de penalidades pecuniárias impostas ao agente

- Câmara: FGV
- Valor histórico envolvido: R\$ 384,5 milhões (2020)

Litígio entre comercializadores de energia elétrica envolvendo a cobrança de penalidades estabelecidas em Contratos de Compra e Venda de Energia diante da resolução contratual declarada em razão de crise hídrica e do correspondente aumento dos preços

- Câmara: FGV
- Valor histórico envolvido: R\$ 64,3 milhões (2022)

## ARTIGOS

### CANALENERGIA | JUL 2022

ICMS sobre TUSD, TUST e Encargos Setoriais: Considerações iniciais sobre as implicações da Lei Complementar 194/2022 – coautoria com Rodrigo Rodi

### ENERGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: IMPACTOS DA COVID-19 NOS SETORES ENERGÉTICOS IBERO-AMERICANOS | NOV 2020

A Covid-19 e os pedidos de postergação de cronogramas de implantação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica: necessidade de observância da teoria da causalidade adequada

### CANALENERGIA | ABR 2020

Geração Distribuída e os Entraves de Conexão às Redes de Distribuição – coautoria com Ana Clara Toledo Brito

### CANALENERGIA | NOV 2018

Pausa para reflexão dos prazos estabelecidos à ANEEL e seus agentes fiscalizados no novo regulamento de penalidades

### ENERGY REPORT (PSR) | MAI 2015

Da impossibilidade de reapreciação pela Diretoria da ANEEL de matéria já reconsiderada pela autoridade proteladora da decisão recorrida – coautoria com Elen Caroline Moretto Oliveira

### ENERGY REPORT (PSR) | DEZ 2014

Indevido enquadramento de diversas irregularidades e imposição de penalidades pela ANEEL com base na conduta genérica descrita no artigo 6º da Resolução da ANEEL nº 63/2004 – coautoria com Eduardo Evangelista

### ENERGY REPORT (PSR) | MAI 2014

REIDI: possibilidade de fruição do benefício sobre os investimentos de acesso e conexão implementados pelos gerados e transferidos às concessionárias acessadas por imposição legal – coautoria com Eduardo Evangelista

### ENERGY REPORT (PSR) | DEZ 2013

Agravamento de decisões recorridas ("reformatio in pejus") e exercício de competências delegadas pela ANEEL – coautoria com Marcos D'Avino Mitidieri

### VALOR ECONÔMICO | JUN 2013

A REIDI e a negação ao usufruto do benefício – coautoria com Eduardo Evangelista

### ENERGY REPORT (PSR) | ABR 2013

As novas regras do setor elétrico e o mercado livre: aspectos tributários – coautoria com Eduardo Evangelista

### ENERGY REPORT (PSR) | NOV 2012

A MP 579/12 e a justa indenização dos bens reversíveis – coautoria com David Walternberg

### CANALENERGIA | FEV 2009

Dois anos do REIDI: Avaliação dos Resultados

### REVISTA DO DIREITO DA ENERGIA (Nº 6, SP: IBDE, 2007)

O ICMS nas operações interestaduais com energia elétrica destinada à industrialização no processo petroquímico – coautoria com Raquel Novais, Lisandra Pacheco, Ericson de Paula e Vilson Christofari

## **ARTIGOS**

ESTUDOS ABCE – COMITÊ JURÍDICO TRIBUTÁRIO | 2006  
ICMS e autoprodução de energia elétrica

ESTUDOS ABCE – COMITÊ JURÍDICO TRIBUTÁRIO | 2006  
ICMS, PIS e COFINS nas operações interestaduais com energia elétrica

JORNAL PERIODONTO Nº 84 | 2005  
Bases de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos pela prestação de serviços odontológicos: Recentes controvérsias

REVISTA DESAFIO EMPRESÁRIO (ARG) – ED. 19 | 2004  
Entrevista na seção "La crisis de la que ya no se habla"

REVISTA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – Nº 6 | 2000  
Sustação de contratos administrativos pela Câmara Municipal - Devido processo legal - necessidade de parecer prévio do Tribunal de Contas – coautoria com Pedro Paulo de Rezende Porto Filho

INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – Nº 80 | 2000  
Sustação de contratos administrativos pela Câmara Municipal - Devido processo legal - necessidade de parecer prévio do Tribunal de Contas – coautoria com Pedro Paulo de Rezende Porto Filho

---

## **ATUAÇÕES DOCENTES**

PROFESSOR CONVIDADO | FGV  
Cursos de Pós Graduação de Energia in Company realizados na ANEEL e no Grupo CPFL

PROFESSOR CONVIDADO | UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES  
Cursos de Extensão em Direito da Energia Elétrica

---

## **FORMAÇÃO**

EXECUTIVE MASTER IN BUSINESS ADMINISTRATION - EXMBA  
Instituto de Empresa Business School | Madrid  
Concluído em 2010

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO TRIBUTÁRIO  
PUC | São Paulo  
Concluída em 2001

BACHARELADO EM DIREITO  
PUC | São Paulo  
Concluído em 1998

ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO  
Colégio Rio Branco | São Paulo  
Concluído em 1992